

# **PROTOCOLO MODIFICATIVO DO ARTIGO XXVI DO ACÓRDO GE- RAL SOBRE TARIFAS ADUANEI- RAS E COMÉRCIO.**

Os Governos da Commonwealth da Austrália do Reino da Bélgica dos Estados Unidos do Brasil da Birmânia do Canadá do Ceilão da República do Chile, da República da China, da República da Cuba, da República da Tchecoslováquia, da República Francêsa, da Índia, do Luxemburgo do Reino dos Países-Baixos da Nova Zelândia, do Reino da Noruega, do Paquistão, da Rodésia do Sul, da Síria da União Sul Africana do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, e dos Estados Unidos da América, agindo na sua capacidade de partes contratantes do Acôrdo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio (aqui designado como Acôrdo Geral).

Desojos de efetuar emendas ao Artigo XXVI do Acôrdo Geral de conformidade com as disposições do Artigo XXX do mesmo,

Acordam em que:

1. O texto do parágrafo 4 do Artigo XXVI do Acôrdo Geral será emendado da seguinte forma:

"4 — (a) — Todo Governo que aceitar o presente Acôrdo, fá-lo-a relativamente ao seu território, metropolitano e aos demais territórios pelos quais esse Governo tenha responsabilidade internacional com exceção dos territórios aduaneiros distintos que forem indicados ao Secretário Geral das Nações Unidas quando da sua própria aceitação.

(b) — Todo Governo, que tiver transmitido ao Secretário Geral uma notificação dessa natureza de acordo com as exceções da alínea (a) do presente parágrafo, poderá, em qualquer momento, comunicar ao mesmo que a sua aceitação será válida para todos os territórios aduaneiros com exceção e tal notificação tornar-se-á efetiva 30 dias após a data em que o Secretário Geral a tiver recebido.

(c) — Se quaisquer dos territórios aduaneiros, com relação aos quais uma parte contratante tiver aceite o presente Acôrdo, possuir ou adquirir completa autonomia na direção das relações comerciais exteriores e das demais questões tratadas no presente Acôrdo, tal território será considerado como uma parte contratante, por iniciativa da parte contratante responsável, a qual apresentará uma declaração em que indique os fatos acima mencionados”.

2. O presente Protocolo, após sua assinatura no encerramento da Terceira Reunião das Partes Contratantes, será depositado junto ao Secretário Geral das Nações Unidas.

3. O depósito do presente Protocolo, a contar da data em que for o mesmo efetuado, constituirá o depósito do instrumento de aceitação da emenda estabelecida no parágrafo 1, do presente Protocolo, por qualquer parte contratante, cujo representante tiver assinado o presente Protocolo sem reserva.

4. Os instrumentos de aceitação das partes contratantes que não tiverem assinado o presente Protocolo, ou que o tiverem assinado com reservas quanto à sua aceitação serão depositados junto ao Secretário Geral das Nações Unidas.

5. A emenda estabelecida no parágrafo 1.º do presente Protocolo entrará em vigor conforme as disposições do Artigo XXX do Acôrdo Geral, quando dois terços dos Governos que naquele momento forem partes contratantes tiverem depositado os instrumentos de aceitação de conformidade com os parágrafos 3 e 4 do protocolo.

6. O Secretário Geral das Nações Unidas informará todos os membros das Nações Unidas e todos os outros Governos que tenham tomado parte na Conferência de Comércio e Emprego das Nações Unidas de cada aceitação da emenda constante do parágrafo 1.º do presente Protocolo e da data em que tal emenda entrar em vigor de acôrdo com o parágrafo 5 do presente Protocolo.

7. O Secretário Geral fica autorizado a registrar o presente Protocolo de conformidade com o Artigo 102, da Carta das Nações Unidas.

*Em fé do que os representantes devidamente autorizados dos governos acima mencionados assinaram o presente Protocolo.*

Feito em Annecy, em um só exemplar, redigido nas línguas francesa e inglesa, sendo ambos os textos autênticos, salvo indicado em contrário, em 13 de agosto de 1949.

A presente é a tradução oficial em idioma português, do texto original e autêntico do Protocolo Modificativo do Artigo XXVI do Acôrdo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio, firmado em Annecy, França a 13 de agosto de 1949.

Secretaria de Estado das Relações Exteriores — Rua de Janeiro, D. F., em 3 de abril de 1950. — M. de Alvarenga, pelo Chefe da Divisão de Atos, Congressos e Conferências Internacionais.